

# TRAJECTÓRIAS DIVERGENTES GUINÉ-BISSAU E CABO VERDE DESDE A INDEPENDÊNCIA

Norrie MacQueen

**H**á trinta anos atrás, aquando das suas respectivas independências, os líderes da Guiné-Bissau e de Cabo Verde, unidos sob a bandeira do mesmo partido, o PAIGC, declararam o seu objectivo político conjunto: a unificação de ambos os territórios. Hoje, atendendo às circunstâncias tão diferentes de cada um dos países, esse objectivo pode suscitar alguma estranheza. Enquanto a Guiné parece titubear por entre crises políticas e intervenções militares endémicas, Cabo Verde dá a ideia de se estar a subtrair ao «espaço africano».

Houve, é certo, motivos especiais que levaram ao estabelecimento de relações políticas entre os dois territórios e à partilha de um único movimento de libertação. Os cabo-verdianos constituíam, até certo ponto, a burguesia colonial da Guiné e, tal como pela África fora, essa foi a classe que, quando chegou a hora, forneceu a liderança ao movimento anticolonial. Essas circunstâncias criaram um quadro de relacionamento político ímpar entre Cabo Verde e a Guiné, e dentro da própria Guiné. Em última análise, um relacionamento artificial, artefacto da história colonial que, retrospectivamente, tinha poucas hipóteses de sobreviver para além das lutas de libertação. O mito da unificação iminente durou escassos cinco anos após a independência, antes de ser liquidado pelo golpe de Nino Vieira, na Guiné, em 1980. Mas, na realidade, os dois regimes, quer o da Praia quer o de Bissau, haviam já há muito aceite que a retórica da unificação pouco mais era do que um *slogan* político. Acima de tudo, era uma posição irrealista que se estava a tornar cada vez menos razoável à medida que as experiências do pós-independência de ambos os territórios os iam afastando mais um do outro.

Por ironia dos factos, os factores-chave de unificação entre os dois territórios decorriam do seu estatuto colonial partilhado, bem como da sua acidental proximidade geográfica. Tendo o primeiro desaparecido, o segundo perdeu qualquer pertinência real. Inclusive, a experiência partilhada e a proximidade física nem eram assim tão importantes como se presumia. A população de Cabo Verde nunca foi considerada «africana» pelo Estado colonial. O *Estatuto dos Indígenas* nunca se aplicou a Cabo Verde e a cidadania portuguesa foi concedida aos cabo-verdianos muito antes de se ter generalizado no resto da África

portuguesa. E, geograficamente, os dois territórios não eram propriamente vizinhos a não ser sob o restrito prisma do império português, visto se encontrarem separados por 650 quilómetros de oceano Atlântico.

A sua divergência pós-independência afigurava-se, em menor escala, um paralelo de desenvolvimentos posteriores noutras paragens da África lusófona. Os laços políticos e culturais aparentemente fortes entre Angola e Moçambique também se começaram a esboroar à medida que a partilha da experiência colonial passava de realidade política imediata a memória histórica. Até mesmo um exame superficial das condições económicas e sociais da Guiné e de Cabo Verde (cf. tabela *infra*) depressa deixou patente o facto de um deles se situar entre os mais pobres dos pobres em termos globais, ao passo que o outro se aproximava da fronteira entre o «terceiro» e «primeiro» mundo. As condições políticas dos dois países também iam divergindo drasticamente à medida que os desafios da independência se avolumavam. Enquanto a Guiné experimentou sucessivos anos de autoritarismo repressivo e, mais recentemente, um período de instabilidade violenta, Cabo Verde transitou com relativa facilidade da fase do partido único para a democracia pluralista.

Indicadores do desenvolvimento humano: comparação entre a Guiné-Bissau, Cabo Verde e Portugal<sup>1</sup>

Indicador	Guiné-Bissau	Cabo Verde	Portugal
Desenvolvimento humano (posição entre 177 países)	172	105	27
PIB <i>per capita</i> (USD)	711	5214	18 126
Esperança de vida	44,7	70,4	77,2
Literacia população adulta (%)	39,6	75,7	92,5
Participação sistema educativo (%)	37	73	94

Numa tentativa de apreender as trajectórias divergentes da Guiné e de Cabo Verde ao longo dos últimos trinta anos, valerá a pena trilhar o processo revisitando as suas etapas charneira. Estas começam na derradeira fase da luta pela libertação e com as transferências do poder por Portugal. O segundo período significativo tem início em 1980, aquando do golpe «antimestiço» de Vieira que também pôs cobro ao compromisso relativo à unificação. Segue-se o período da democratização, nos anos de 1990, que marcou uma nova divergência entre os dois países. Década essa que terminou com a Guiné mergulhada no caos, após o fim (aparente) do longo reinado de Nino Vieira. Chega-se então ao princípio do novo século, em que cada país enfrenta perspectivas políticas e económicas radicalmente diferentes.

### **AS TRANSFERÊNCIAS DE PODER: POLÍTICAS DE DESCOLONIZAÇÃO DIVERGENTES**

A polémica começa desde logo quando se trata de definir se a Guiné-Bissau foi alguma vez «descolonizada» no sentido em que os demais territórios portugueses em África o

foram. Em Setembro de 1973, sete meses antes do golpe levado a cabo pelo Movimento das Forças Armadas em Lisboa, o PAIGC tinha declarado a independência da Guiné – estatuto que foi imediatamente reconhecido por um vasto quadrante do grupo afro-asiático nas Nações Unidas (sem contudo receber o aval decisivo do Conselho de Segurança). No entanto, o gesto e a respectiva resposta internacional realçaram o carácter especial da luta pela independência da Guiné-Bissau. Desde 1963, quando a guerra colonial rebentou, a Guiné granjeou, pelo mundo, uma atenção desproporcional considerando o seu tamanho ou a sua relevância económica ou estratégica. Em contraste com a guerra em Angola (que antecedeu em dois anos o início do conflito na Guiné), o combate na Guiné era de tipo unificado, sem os óbices da competição internacionalista. Apesar do PAIGC ter tido rivais nacionalistas (principalmente a Frente de Libertação e Independência da Guiné – FLING), a situação em nada era comparável com a divisão em três linhas existente em Angola entre o MPLA, a FNLA e a UNITA. Contrariamente às guerras tanto em Angola como em Moçambique (onde o conflito deflagrou em 1964), o desafio militar colocado aos portugueses na Guiné foi intenso e sustentado. A quase total ausência de povoamento europeu na Guiné fez com que questões de raça e racismo simplesmente não se levantassem como em Angola e Moçambique. A tudo isso combinava-se a figura e o intelecto do líder do PAIGC, Amílcar Cabral, pelo que, vista do exterior, a guerra na Guiné-Bissau parecia ser a luta de libertação «ideal»<sup>2</sup>. Nesse sentido, portanto,

a maioria do mundo nutria consideráveis esperanças em relação à Guiné. Existiam grandes expectativas de que, após a independência, continuasse a servir de exemplo a outros países africanos a braços com os desafios de um mundo ideologicamente dividido e economicamente desigual.

Ora, a situação real na Guiné, no seu conjunto, e dentro do PAIGC, em particular, não correspondia exactamente a essas percepções externas. Diferentes grupos étnicos tinham diferentes níveis de entusiasmo em relação à guerra do PAIGC; por exemplo, o povo Fula do Norte, conservador e muçulmano, que constituía 20 por cento da população, mostrava-se mais circunspecto perante os objectivos revolucionários do partido. No interior do PAIGC, também, existiam claras divisões entre as fileiras «africanas» (onde predominavam os Balanta) e os «políticos» cabo-verdianos, personificados por Cabral em pessoa e pelo seu meio-irmão Luís, que viria a ser o primeiro presidente do país. O assassinato de Cabral no início de 1973, assim como o de Eduardo Mondlane, de Moçambique, em 1969, foram convenientemente censurados e atribuídos ao «imperialismo», em geral, e à PIDE, em particular. Mas ambos os crimes tiveram porventura mais a ver com dissensões internas dos movimentos de libertação do que com o alcance do Estado colonial. Se todos aqueles que, do exterior, olhavam com aprovação tivessem tido mais consciência disso – ou se estivessem mais dispostos a questionar a linha propa-

EXISTIAM GRANDES EXPECTATIVAS DE QUE, APÓS A INDEPENDÊNCIA, A GUINÉ-BISSAU CONTINUASSE A SERVIR DE EXEMPLO A OUTROS PAÍSES AFRICANOS A BRAÇOS COM OS DESAFIOS DE UM MUNDO IDEOLOGICAMENTE DIVIDIDO E ECONOMICAMENTE DESIGUAL.

gandística – então os obstáculos colocados à Guiné para desempenhar um papel modelo no pós-independência em relação a outros pequenos estados do Terceiro Mundo teriam sido mais claros, e as expectativas externas teriam sido mais realistas.

Da mesma maneira que ocupava esta posição privilegiada nas percepções do resto do mundo, o combate anticolonial na Guiné revestia-se ainda de um significado único para o MFA quanto à forma como planeou e consolidou o golpe contra o regime de Caetano. A ausência de povoamento branco e de utilidade económica da Guiné deu um contundente destaque à insensatez do imperialismo português no início dos anos 70. A Guiné também foi, claro está, o território do general Spínola e transformou-se no laboratório das suas experiências – goradas – no sentido de congregar «corações e mentes». A Guiné foi ainda a principal causa de fractura entre Spínola e Caetano, quando este rejeitou a possibilidade de um acordo negociado sob a mediação do Presidente Senghor do Senegal, em 1972. Terá porventura sido isso, mais do que qualquer outra coisa, a acender o rastilho de Abril de 1974, desembocando directamente na publicação de *Portugal e o Futuro*, obra escrita e elaborada com os contributos de subordinados leais a Spínola no destacamento da Guiné. Do lado do MFA, tal como transpareceu na radicalização posterior a Abril de 1974, também existiam grandes expectativas em relação a um «modelo» de Estado pós-independência. Embora as negociações para a transferência do poder em Maio e Junho de 1974 tenham colocado políticos civis, mais precisamente Mário Soares, em conflito com o PAIGC, os militares comandados por Carlos Fabião, um protegido de Spínola, mostravam-se desejosos por abrir o caminho da transferência formal do poder em Setembro de 1974 (muito antes de qualquer outra na África portuguesa)<sup>3</sup>. Enquanto o processo revolucionário se ia desenvolvendo em Portugal, no decurso da segunda metade de 1974 e em 1975, e os distúrbios aumentavam em Angola, era ainda com a Guiné que os radicais do MFA procuravam construir um relacionamento ideal pós-independência, capaz de suplantar o de cariz imperial. Em suma, tanto por parte da esquerda portuguesa como do «mundo progressista» no seu conjunto, as expectativas em relação ao novo Estado da Guiné-Bissau eram elevadas e – podemos dizê-lo – bastante irrealistas. Entretanto, a descolonização de Cabo Verde tinha sido negociada e garantida pelo PAIGC com relativa facilidade. A tentativa de alguns pequenos partidos de «terceira via» no sentido de obstruir a transferência directa do poder não sobreviveu à queda de Spínola em Setembro de 1974, e a independência formal deu-se em Julho de 1975. Para António de Almeida Santos, à época ministro da Coordenação Interterritorial, tratou-se da «descolonização mais perfeita» de toda a África portuguesa<sup>4</sup>. Esperava-se, claro, que o processo de unificação entre Cabo Verde e a Guiné se iniciasse por esta altura, o que não veio a acontecer. Ao invés, lançaram-se na aventura da independência por sua conta e risco.

### **GUINÉ, CABO VERDE E O REGIME DE VIEIRA NOS ANOS 80**

As altas expectativas investidas na Guiné-Bissau governada pelo PAIGC viram-se rapidamente frustradas. Luís Cabral possuía pouca autoridade ou carisma comparativamente a

Amílcar e a sua liderança era medíocre. Também ficou desde logo manchada pelas mortíferas represálias contra pretensos colaboradores coloniais da época da guerra de libertação. Verificaram-se ainda sérios problemas no seio do Governo. Uma vez desvanecida a disciplina da guerra de libertação, os conflitos pessoais não tardaram a surgir, e muitas vezes com um carácter interétnico. O acesso aos recursos do Estado abriu a porta à patrimonialização política e à corrupção (embora na Guiné-Bissau isso fosse um problema muito menos sério do que na maioria dos seus vizinhos da África Ocidental). Embora a Guiné do pós-independência possa ter desapontado os seus apoiantes radicais a nível mundial, nos primeiros anos da independência as suas relações com Portugal foram geralmente boas, contrastando com os difíceis processos de reatamento entre Portugal e Angola e (mais particularmente) Moçambique, onde contenciosos ligados à propriedade e conflitos em torno do tratamento a dar aos cidadãos portugueses complicaram grandemente as relações. Houve um desacordo relativamente menor entre Bissau e Lisboa, em 1976, quando o governo da Guiné liquidou unilateralmente o Banco Nacional Ultramarino, instituição bancária portuguesa, e introduziu uma nova moeda nacional para substituir o escudo. A retaliação levou ao congelamento de alguns activos guineenses em Portugal, mas o ímpeto cooperativo do relacionamento permitiu alcançar um entendimento que, segundo o governo de Bissau, «liquidou definitivamente o contencioso colonial e abriu novas perspectivas de cooperação»<sup>5</sup>.

Um bom relacionamento pessoal estabeleceu-se entre Cabral e o Presidente Ramalho Eanes. Nessa altura, Cabral mostrou-se receptivo em relação às tentativas de Eanes (anteriores à adesão de Portugal à Comunidade Europeia) no sentido de se criar a favor de Lisboa um papel especial de «ponte» entre África e a Europa. O Presidente da Guiné tinha visitado Portugal em 1978 e Eanes retribuiu a cortesia no ano seguinte, referindo-se então às relações luso-guineenses como um modelo para aquelas que Portugal pretendia estabelecer com Angola e Moçambique. A esse respeito, o relacionamento de Portugal com a Guiné talvez fosse menos importante em si mesmo do que o valor de que se revestia enquanto símbolo e ideal para o esforço de aproximação a África no seu conjunto. Dentre os líderes africanos da era pós-colonial desse período, Cabral foi aquele que revelou uma maior abertura a um relacionamento lusófono contínuo, quer entre os estados africanos, quer no quadro de uma instituição mais ampla. Cabral reconheceu que, sendo um país pequeno e com poucos recursos, a Guiné teria particular interesse em fomentar uma identidade colectiva dessa espécie. Trabalhou no sentido de persuadir os líderes menos entusiásticos de Angola e Moçambique para que concordassem com a realização regular de cimeiras, não obstante a sua maior preocupação com os desafios da região em que estavam integrados. Luís Cabral facultou a Lisboa um canal para as

EMBORA A GUINÉ DO PÓS-INDEPENDÊNCIA POSSA TER DESAPONTADO OS SEUS APOIANTES RADICAIS A NÍVEL MUNDIAL, NOS PRIMEIROS ANOS DA INDEPENDÊNCIA AS SUAS RELAÇÕES COM PORTUGAL FORAM GERALMENTE BOAS.

demais ex-colónias, replicando do lado africano a tentativa cara a Eanes de apresentar Portugal como uma ponte entre os continentes. Uma consequência concreta deste relacionamento diplomático foi o esforço, aliás bem sucedido, de Cabral (em articulação com Ernesto Melo Antunes) para organizar em Junho de 1978, em Bissau, uma reunião entre Eanes e Agostinho Neto, num momento em que as relações entre Luanda e Lisboa atravessavam uma fase particularmente má.

À luz disso, não é de espantar que quando Cabral foi deposto pelo seu próprio comissário chefe de Estado (o equivalente ao cargo de primeiro-ministro), Nino Vieira, em Novembro de 1980, o novo regime em Bissau se tenha manifestado apreensivo quanto ao futuro das relações com Portugal. Embora dificilmente pudesse alegar para si um mandato democrático (a vaga fórmula «legitimidade revolucionária» foi suficiente para racionalizar a transferência do poder em 1974), Cabral tinha contado com a nomeação do PAIGC e era, como se viu, considerado um bom amigo diplomático, ao menos pelo Palácio de Belém. Vieira anunciava outras perspectivas. Herói nacional da época da guerra colonial, representava a reacção dos guineenses pretos (sendo ele Papel, um pequeno grupo étnico) contra o predomínio mestiço, assimilado a «estrangeiro», no partido e no governo. O próprio Vieira, consciente do potencial isolamento internacional, ansiava por manter-se em bons termos com Portugal, e o relacionamento não tardaria a ser restabelecido. O golpe, levado a cabo com uma violência mínima, não foi, para todos os efeitos, uma revolução fundamental. Elementos-chave do regime de Luís Cabral permaneceram no poder, inclusive, em prol da continuidade diplomática, o comissário de Estado (ministro) dos Negócios Estrangeiros, Vítor Saúde Maria, e relações mais ou menos cordiais sobreviveram ao golpe.

O relacionamento sofreu um abalo momentâneo em 1986, após Vieira ter decretado a execução de um certo número de alegados conspiradores que estariam a preparar um golpe, entre os quais o próprio vice-presidente, Paulo Correia. Se a crise anterior, quando em 1983 Vítor Saúde Maria fugiu para Portugal depois de ter sido acusado de conspirar contra Vieira, foi ultrapassada com razoável facilidade, desta feita a violência do regime levou à suspensão da ajuda portuguesa. Contudo, as relações bilaterais eram demasiado valorizadas por ambas as partes para serem abandonadas. Por um lado, a ajuda portuguesa – quer financeira quer humana – era crucial para o trémulo desenvolvimento da Guiné e não existia nenhuma fonte alternativa óbvia nesses anos de 1980. Por outro, para Portugal a Guiné representava a melhor porta para um novo e mais amplo envolvimento em relação a África. Durante a década de 1980, as relações de Lisboa, tanto com Luanda como com Maputo, foram afectadas por percepções (justificadas ou não) de ambivalência portuguesa em relação à UNITA e à Renamo. Embora o relacionamento de Portugal com Cabo Verde se mantivesse francamente bom, isso não anulava o facto da «africanidade» do arquipélago se revestir de uma série de especificidades culturais e geográficas. Por isso mesmo, e apesar da orientação interna do regime de Vieira suscitar as mais sérias reservas em Portugal, era importante acalantar o eixo Lisboa-Bissau.

Cabo Verde, como a Guiné, tinha desde o início apoiado a manutenção da lusofonia, embora o seu compromisso tenha vacilado durante algum tempo na sequência do golpe de 1980 em Bissau, pois havia agora que considerar as implicações práticas da cooperação com uma Guiné hostil. Na sua primeira década de independência, Cabo Verde assumiu uma abordagem pragmática distinta, tanto na política interna como nas relações externas. A esse respeito, é capaz de ser mais instrutivo estabelecer um paralelo com São Tomé e Príncipe, o outro microestado lusófono que emergiu em 1975, do que com a Guiné. Por altura da independência ambos os países enfrentaram problemas tremendos, de índole social e económica, e ambos, pelo menos em termos nominais, se empenharam em abordá-los no mesmo quadro marxista. Porém, as semelhanças ficam-se por aqui. Situando-se muito mais próximo da Europa e da antiga metrópole do que São Tomé, Cabo Verde estava menos enredado na política dos seus vizinhos africanos e, internamente, gozava de um nível de estabilidade política e coesão social bem mais elevado.

O regime do PAIGC, com Aristides Pereira na presidência e Pedro Pires no cargo de primeiro-ministro, era apenas «marxista» num sentido muito limitado. Na altura da independência, Cabo Verde já padecia de uma seca que durava há longos anos,

O REGIME DO PAIGC, COM ARISTIDES PEREIRA NA PRESIDÊNCIA E PEDRO PIRES NO CARGO DE PRIMEIRO-MINISTRO, ERA APENAS «MARXISTA» NUM SENTIDO MUITO LIMITADO.

excepcional até para ilhas historicamente submetidas a severas carências de água. Passados poucos anos, o novo Estado dependia de fontes externas para suprir 90 por cento das suas necessidades alimentares e gastava cerca de vinte vezes mais em importações do que arrecadava com as exportações. A ideologia subordinava-se, por conseguinte, à diplomacia da sobrevivência económica e, em termos práticos, tudo isso ditava boas relações com o Ocidente. Tendo em conta a escassez de recursos naturais em Cabo Verde, a economia nacional dependia grandemente das remessas da sua vasta diáspora. Uma proporção considerável dos referidos emigrantes, em particular aqueles radicados nos Estados Unidos, era, por natureza, conservadora. O regime

A IDEOLOGIA SUBORDINAVA-SE, À DIPLOMACIA DA SOBREVIVÊNCIA ECONÓMICA E, EM TERMOS PRÁTICOS, TUDO ISSO DITAVA BOAS RELAÇÕES COM O OCIDENTE.

teve, portanto, de moldar a sua política doméstica e externa de modo a não pôr em cheque um rendimento anual avaliado em 25 milhões de dólares, oriundo das transferências em divisas. Para além disso, de todos os países lusófonos de África, Cabo Verde era marcadamente o mais cristão, sendo cerca de 90 por cento da população católica e baptizada. Esses dados condicionavam grandemente a sua aproximação ao projecto afro-marxista mais abrangente, colocando Cabo Verde numa posição contrastada em relação aos outros antigos territórios portugueses, inclusive em relação à Guiné-Bissau, que estavam mais fortemente empenhados em políticas de desenvolvimento radicais nos anos de 1980.

Havia ainda outro aspecto da situação de Cabo Verde que exigia uma diplomacia cuidadosa, especialmente após o desgaste do desanuvioamento entre as superpotências e o retrocesso para a Guerra Fria nos anos 80. O arquipélago ocupava um lugar estratégico entre os sectores norte e sul do oceano Atlântico. Era portanto necessário gerir com muito cuidado a política externa para que Cabo Verde não se viesse a encontrar numa posição diplomática difícil e potencialmente perigosa. Consequentemente, o Governo seguiu um modelo mais rigoroso de não-alinhamento comparativamente aos demais estados lusófonos que, enquanto membros do Movimento dos Não-Alinhados, estavam mais próximos do bloco soviético do que do Ocidente. Assim sendo, o golpe na Guiné-Bissau, em 1980, acabou por ter um impacto ambíguo em Cabo Verde. Por um lado, a agenda «antimestiço» subjacente à acção de Vieira e a ameaça que significou para os cabo-verdianos na Guiné constituiu um motivo óbvio de preocupação. Mas, para pôr definitivamente cobro ao compromisso declarado de unificação, essa evolução talvez não tivesse sido tão mal vinda. O PAIGC passou a ser o PAICV, e ambos os países ajustaram as suas Constituições, delas removendo qualquer referência à unificação. Prosseguiram então as suas estratégias de desenvolvimento e as suas políticas externas, tal como já acontecia antes do golpe.

A cuidadosa política externa de Cabo Verde nos anos subsequentes à independência fez com que passasse a ser um dos países africanos contemplados com um volume de ajuda externa mais generoso (tornando-se também um dos mais dependentes dessa ajuda). Em 1987, a ajuda cifrou-se em metade do seu Produto Nacional Bruto. Cabo Verde teve de se tornar particularmente inventivo na geração de recursos próprios, e por vezes isso nem sempre foi do agrado dos seus parceiros da Organização da Unidade Africana. À África do Sul – onde se viviam os derradeiros sobressaltos violentos do *apartheid*, e era considerada um pária no continente africano – foram concedidos direitos de aterragem e de reabastecimento de combustível no Sal para as suas aeronaves civis em rotas transatlânticas. O convénio iria render a Cabo Verde cerca de 10 milhões de dólares por ano. Considerando a débil situação económica de Cabo Verde, recusá-lo invocando razões de princípio teria sido, segundo as palavras de Aristides Pereira, uma «solidariedade suicidária» para com o resto de África<sup>6</sup>. Se a necessidade de Cabo Verde poder contar com apoio económico estrangeiro era grande em termos relativos, em termos absolutos não o seria dadas a sua diminuta população (aproximadamente 400 mil pessoas) e a sua restrita superfície terrestre. Isto, juntamente com as necessidades especiais criadas pela manutenção do português como língua nacional, fez com que Portugal continuasse a ocupar uma posição central na política externa de Cabo Verde após a independência. O contraste entre as políticas externas de Cabo Verde e da Guiné não deve, no entanto, ser empolado. Até certo ponto, ambas se colocaram à margem das de Angola e Moçambique. Embora a Guiné revelasse um maior envolvimento retórico em relação às vias de desenvolvimento marxista, diplomaticamente estava menos vinculada ao mundo comunista. Em termos puramente práticos, não estava tão dependente quanto Angola ou



Moçambique do apoio proveniente do bloco soviético nos anos 80. As brutais e aparentemente infundáveis guerras civis, tanto num país como no outro, levavam-nos a virar-se para Moscovo (ou, no caso de Angola, para Havana) em busca de recursos militares no intuito de garantir a sobrevivência dos regimes respectivos, ao passo que a Guiné sentia-se mais à vontade para criticar as actividades soviéticas em África (e em particular a depredação causada pela frota pesqueira soviética na sua zona económica marítima).

### **MUDANÇA CRUCIAL: OS ANOS 90**

Enquanto as orientações da política interna e externa da Guiné e de Cabo Verde pareciam ganhar uma certa estabilidade pós-colonial nos anos 80, no final dessa década as sementes de mudança começavam a germinar. A grande vaga da suposta democratização que assolou África no início dos anos 90 tocou ambos os países bastante cedo. O PAIGC na Guiné e o PAICV em Cabo Verde começaram, cada um, a preparar a mudança histórica rumo à democracia multipartidária em 1990. A criação de novos sistemas e respectiva forma variavam de um país para o outro. Na Guiné os progressos tardavam. Embora novos partidos independentes se tivessem começado a formar com rapidez a partir do momento em que a transição foi anunciada, na prática foi-lhes negada qualquer oportunidade eleitoral até 1994. O cada vez mais distante Nino Vieira parecia ter pouca pressa em obter um mandato democrático, e quando, por fim, se deram as eleições para a nova legislatura e para a presidência, em Julho de 1994, tanto ele como o PAIGC se mantiveram no poder. O partido manteve facilmente o controlo sobre a Assembleia Nacional, apesar da vitória de Vieira sobre o seu principal opositor, Kumba Yala (estritamente associado ao grupo étnico dos Balanta), ter sido muito diminuta<sup>7</sup>.

Nessa altura, o ritmo do processo de democratização em Cabo Verde já tinha deixado o da Guiné para trás – e tinha produzido um resultado fundamentalmente diferente. Nas eleições legislativas de Janeiro de 1991, o PAICV foi decisivamente derrotado pelo Partido para a Democracia (MPD). Volvidas quatro semanas, o candidato do MPD venceu facilmente a eleição presidencial. Apesar de quase todos os indicadores serem relativamente lisonjeiros em relação à governação do PAIGC desde 1975, alastrava um sentimento de fadiga, bem como a percepção de que o partido se estava a tornar cada vez mais autoritário. O novo governo da Praia, chefiado pelo primeiro-ministro Carlos Veiga, com António Mascarenhas Monteiro, seu colega do MPD, na presidência, prometeu substituir o colectivismo «marxista» pela aplicação vigorosa de políticas orientadas para o mercado<sup>8</sup>. De imediato, no rescaldo da vitória do MPD, falou-se mesmo de uma política externa inteiramente nova para Cabo Verde, que se demarcasse decisivamente da antiga «mentalidade dos movimentos de libertação» do PAICV e passasse a apoiar a UNITA em Angola e a Renamo em Moçambique. O governo do MPD também parecia assaz hostil a Portugal em virtude da sua anterior relação de proximidade com o PAICV – um paradoxo curioso tendo em conta as suspeições dos governos angolano e moçambicano face à atitude de Lisboa em relação aos seus inimigos «contra-revolucionários».

O fim da Guerra Fria confrontou África, no seu conjunto, com novos dilemas em termos de política externa. As certezas de outrora, no âmbito do sistema internacional bipolar, deixavam de determinar posições nacionais. Embora, como antes se viu, a Guiné-Bissau não fosse tão próxima do bloco soviético quanto o eram Angola e Moçambique, a nova situação no início dos anos 90 levou à reformulação da sua diplomacia. Na África de expressão portuguesa, a Guiné não foi a única a sentir a força das pressões regionais

O FIM DA GUERRA FRIA CONFRONTOU ÁFRICA, NO SEU CONJUNTO, COM NOVOS DILEMAS EM TERMOS DE POLÍTICA EXTERNA. AS CERTEZAS DE OUTRORA, NO ÂMBITO DO SISTEMA INTERNACIONAL BIPOLAR, DEIXAVAM DE DETERMINAR POSIÇÕES NACIONAIS.

relativamente ao seu relacionamento pós-colonial com Lisboa. Graças às suas relações geralmente cordiais com Portugal, a Guiné posicionava-se em franco contraste com Moçambique, que das ex-colónias terá sido porventura a que se reconciliou menos bem com a sua identidade lusófona. Mas, tal como Moçambique, a posi-

ção regional da Guiné atravessou a identidade colonial e linguística. Enquanto o enfoque alternativo de Moçambique lhe era proporcionado pelos seus vizinhos anglófonos da Commonwealth (organização a que Maputo acabará por aderir em 1996), no caso da Guiné o «repto» veio do grupo francófono. Rodeada pelo Senegal a norte e pela Guiné-Conacri a sul, a Guiné-Bissau constituiu sempre um enclave na África Ocidental de expressão francesa. A reavaliação da política externa feita no pós-Guerra Fria e no período pós-partido único aproximou o regime da *francophonie*. O evento mais significativo neste processo ocorreu em Maio de 1997 quando a Guiné abandonou o peso (a moeda adoptada por altura da independência em substituição do escudo) para aderir à «zona franco» de África<sup>9</sup>. Na esteira da «defecção» de Moçambique para a Commonwealth, o gesto não foi acolhido com grande entusiasmo em Lisboa.

Pouco depois, a Guiné deixou-se envolver numa sequência de acontecimentos dramáticos e sangrentos que viriam a levantar grandes interrogações quanto à sua identidade pós-colonial. A região de Casamança, no Senegal, situada na fronteira norte da Guiné-Bissau, era desde há muito uma área de activismo separatista. A área fronteiriça, onde lealdades étnicas geraram, do lado da Guiné, compaixão em relação aos secessionistas, transformou-se num corredor para o fornecimento de armamento aos rebeldes. No início de 1998, sob a pressão quer do Governo senegalês quer do seu aliado histórico, a França, Vieira actuou contra o seu chefe de estado-maior, o popular Ansumane Mané, que alegadamente teria estado envolvido no tráfego transfronteiriço de armas. Em Junho, a já duradoura indignação perante a liderança autoritária e cada vez mais corrompida de Vieira, assim como os ressentimentos suscitados pela falta de pagamento dos vencimentos, conduziram o Exército, quase em peso, a juntar-se ao agora destituído Mané, numa tentativa de derrube do regime. O Senegal e a Guiné-Conacri enviaram de imediato forças para a Guiné-Bissau para apoiar Vieira, e muitos acreditam que se essa movimentação não contou com o respaldo activo da França pelo menos terá sido encorajada por

ela. Após um período inicial de indecisão, o governo socialista em Lisboa foi acicatado a envolver-se, em virtude da crescente irritação pública e mediática perante aquilo que era visto como uma nova incursão francesa no «espaço lusófono» da África Ocidental. As iniciativas portuguesas por intermédio da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) incumbiram a organização a desempenhar um papel de mediação de vasto alcance durante a segunda metade de 1998. O que se traduziu em alguns sucessos palpáveis: concluiu-se um cessar-fogo e criaram-se condições para as negociações entre as facções guineenses; no entanto, planos mais ambiciosos para uma operação lusófona de manutenção da paz na Guiné acabaram por não se realizar.

Cabo Verde teve um papel preeminente na crise. Em parte acidentalmente – por coincidência, a segunda cimeira da CPLP estava agendada para a Praia, em Julho de 1999. Mas, em parte, isso também reflectia a proximidade geográfica de Cabo Verde à Guiné e a sua associação histórica. O «Grupo de Contacto de Alto Nível», formado pela CPLP para se envolver na resolução da crise da Guiné compunha-se dos respectivos ministros dos Negócios Estrangeiros, sob a presidência de José Luís de Jesus de Cabo Verde<sup>10</sup>. Da série de reuniões realizadas entre o Grupo de Contacto e as partes envolvidas no conflito a bordo de um vaso de guerra português, fundeado ao largo de Bissau, resultou um «Memorando de Entendimento» que estipulava um cessar-fogo e um compromisso com vista à negociação de um acordo definitivo. A saída aparente disfarçava, porém, algumas dificuldades reais no relacionamento entre a facção de Vieira e os mediadores. A história complexa da relação triangular entre a Guiné, Portugal e Cabo Verde readquiriu alguma saliência nesse contexto. Ciente das circunstâncias da ruptura entre os dois países na sequência do golpe de 1980, Vieira deixou transparecer dúvidas quanto à motivação de Cabo Verde. Em notória paranóia, Nino Vieira suspeitou da existência de uma conspiração luso-cabo-verdiana para o derrubar. Em jeito de autojustificação, alegava, com alguma razoabilidade, que a sua presidência tinha adquirido legitimidade aquando das eleições de 1994, pelo que a CPLP (da qual tinha sido um dos mais entusiastas fundadores) tinha o dever de o apoiar contra os rebeldes. Em vez disso, sentia que Portugal e Cabo Verde estavam a usar a CPLP como veículo para fazer valer os seus interesses próprios. Na sua óptica, Portugal estaria a aproveitar a oportunidade para inverter a aproximação da Guiné à comunidade francófona, e Cabo Verde a acertar contas pela deposição de Luís Cabral.

Apesar de Portugal estar indubitavelmente melindrado perante aquilo que considerava ser um engrandecimento francês na região, o mais provável é que o governo de Lisboa não tivesse o fito de enganar Vieira, mas sim de tirar partido da crise para insuflar vida à CPLP, que vinha atravessando uma crise «existencial» praticamente desde a sua criação dois anos antes<sup>11</sup>. A motivação de Cabo Verde era, contudo, mais questionável, e poderá ter havido um resquício de verdade nas suspeitas de Vieira. Embora Ansumane Mané tenha sido também ele um entusiasta da «africanização» em 1980 (ajudou a planear o golpe de Vieira), não se identificava tanto com a posição anti-Cabo Verde quanto o presi-

dente. Quando a crise rebentou inicialmente em Bissau, pouco tempo antes da cimeira da Praia e da formação do Grupo de Contacto, Cabo Verde tinha instado à retirada das tropas senegalesas e da Guiné-Conacri. Além disso, tinha-se oposto ao apelo de Vieira relativamente a uma intervenção por parte de «forças de manutenção da paz» da organização regional, a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO). Ainda que Cabo Verde fosse igualmente membro da CEDEAO, suspeitava justamente que uma intervenção desse género não passaria de um pretexto para apoiar Vieira contra os rebeldes<sup>12</sup>. Se assim fosse, a CPLP seria suplantada no processo de mediação pela CEDEAO, já de si contrariada com aquilo que considerava ser a interferência de uma instituição «neocolonial» na sua esfera de influência. Contudo, isto não serviu os interesses de Vieira a mais longo prazo. A intervenção da força da CEDEAO não se materializou nem na forma nem no vigor originalmente planeado, e uma trégua marcada pela tensão saldou-se, em Maio

A CURTO PRAZO, PELO MENOS, O TRIPLIO RELACIONAMENTO ENTRE A GUINÉ, CABO VERDE E PORTUGAL SAIU REFORÇADO PELO DESFECHO DA CRISE. O AFASTAMENTO DE VIEIRA DEIXOU TANTO PORTUGAL COMO CABO VERDE NUMA POSIÇÃO MAIS OU MENOS FAVORÁVEL EM RELAÇÃO AO PÓS-CONFLITO NA GUINÉ.

de 1999, na derrota final de Vieira. A curto prazo, pelo menos, o triplo relacionamento entre a Guiné, Cabo Verde e Portugal saiu reforçado pelo desfecho da crise. O afastamento de Vieira deixou tanto Portugal como Cabo Verde numa posição mais ou menos favorável em relação ao pós-conflito na Guiné. Caso se tivesse mantido no poder graças ao apoio de uma

intervenção militar da CEDEAO, Vieira teria sido confrontado com a dificuldade de reconstruir relações com actores, os quais considerava lhe terem sido prejudiciais em 1998. Curiosamente, quando se tornou claro que a sua posição era insustentável, em Maio de 1999, foi à embaixada portuguesa que pediu refúgio e, subsequentemente, Portugal concedeu-lhe asilo político. Entretanto, a estreita cooperação entre Portugal e o governo do MPD, em Cabo Verde, durante a mediação da CPLP na Guiné, ajudou a reforçar as relações bilaterais após as tensões dos anos anteriores. Assim, de um modo singular, o relacionamento entre os três países caracterizou-se por uma proximidade certamente maior na segunda metade de 1999, comparativamente à que teve desde os tempos inebriantes do processo revolucionário em Portugal e das transferências de poder em África um quarto de século antes.

## **O NOVO SÉCULO: PERSPECTIVAS E DESAFIOS**

Este *rapprochement* não constituiu porém o prenúncio de um relançamento das relações. Finda a crise de 1998-1999, a Guiné-Bissau precisava desesperadamente de um período de estabilidade, o que não logrou. O encadeamento de acontecimentos caóticos e violentos nos anos subsequentes hipotecou por completo as hipóteses de uma reconstrução pós-bélica bem sucedida. Praticamente desde a sua eleição para a presidência, em finais de 1999, Kumba Yala (o adversário de Vieira na corrida eleitoral de 1994) revelou-se totalmente inca-

paz de reerguer o sistema político na Guiné. A situação insustentável em que se encontrava Ansumane Mané, como foco alternativo de poder, apenas ficou sanada com o seu desaparecimento violento em finais de 2000. O que não melhorou as condições globais na Guiné: em 2003, naquele que foi descrito como sendo «o golpe mais previsível de África», assistiu-se à destituição de Kumba Yala pelo Exército<sup>13</sup>. A pressão exercida quer pela CEDEAO quer pela CPLP garantiu a transmissão do poder a uma administração civil interina em vez de o deixar em mãos militares, mas ainda assim a estabilidade continuou a furta-se ao país. O insistente descontentamento militar traduziu-se então no assassinato do homem que tinha liderado o golpe, o general Veríssimo Correia Seabra, no ano seguinte<sup>14</sup>. Por fim, a tensão que marcou o escrutínio presidencial de 2005 revelou algo sem precedentes em África: a reabilitação democrática de um ditador deposto. Nino Vieira regressava ao poder após eleições consideradas pela generalidade dos observadores como livres e justas<sup>15</sup>.

Perante tais circunstâncias, é difícil ser-se optimista quanto ao futuro imediato da Guiné-Bissau. A não ser que a atitude de Nino Vieira em relação ao poder e às condições do seu exercício se tenha modificado substancialmente durante o exílio – hipótese pouco verosímil –, a estabilidade política e, desde logo, o desenvolvimento económico, continuarão a ser negados à Guiné. Do mesmo modo, afigura-se pouco provável que os desígnios de muitos dos inimigos de Vieira, os do final da década de 90, sejam eles políticos, étnicos ou militares, se tenham alterado consideravelmente.

Parece que o cenário foi montado para assegurar a continuidade de um conflito entre facções na Guiné. A eleição de Vieira resultou essencialmente de processos negativos. Decorre em parte da aliança táctica dos partidos antiPAIGC ao nível político. Mas também resulta, em parte, do desespero sentido pelos votantes após anos

A ELEIÇÃO DE VIEIRA RESULTOU ESSENCIALMENTE DE PROCESSOS NEGATIVOS. DECORRE EM PARTE DA ALIANÇA TÁCTICA DOS PARTIDOS ANTIPAIGC AO NÍVEL POLÍTICO. MAS TAMBÉM RESULTA, EM PARTE, DO DESESPERO SENTIDO PELOS VOTANTES APÓS ANOS DE FRACA E FRÁGIL LIDERANÇA.

de fraca e frágil liderança. Quanto mais não seja, Vieira era uma «carta» conhecida e alguém visto como sendo capaz de impor a sua autoridade sobre o aparelho governativo. Considerando a história recente da Guiné-Bissau, essa foi uma reacção inteiramente compreensível; contudo, ela pode ainda vir a revelar-se perigosamente enganadora.

A trajectória política de Cabo Verde continua numa via divergente em relação à da Guiné. Em Cabo Verde também se verificou o regresso ao poder de personalidades ligadas à era da descolonização, se bem que num clima globalmente distinto. As eleições de Janeiro de 2001 atribuíram, para a legislatura, a maioria ao PAICV, tendo o líder do partido, José Maria Neves, sido nomeado primeiro-ministro. No mês seguinte, o primeiro-ministro à época da independência, Pedro Pires, foi eleito para a presidência, derrotando, por uma margem estreita, o seu sucessor na chefia do governo em 1991, Carlos Veiga. Esta «sucessão» histórica não contém, porém, um agoiro comparável àquele que rodeia o ressurgimento de Nino Vieira na Guiné, mau grado o facto de Pires representar a velha

facção esquerdista dentro do PAICV em vez da sua mais jovem ala reformista. Em 2004, o Conselho Económico e Social da ONU requalificou Cabo Verde, que da categoria de país «menos desenvolvido» passou a país «medianamente desenvolvido»<sup>16</sup>. A manutenção do seu estatuto enquanto Estado do «Terceiro Mundo» foi, assim, posta em causa. O país continua, porém, a enfrentar desafios económicos de monta. Muito embora o seu potencial humano seja elevado, depara-se com os obstáculos inerentes às suas limitações geográfica e ambiental. Por essa e outras razões, as especulações havidas em 2005 acerca da possibilidade de Cabo Verde se tornar membro da União Europeia revelaram-se prematuras<sup>17</sup>. Para além das limitações próprias de Cabo Verde, a União também está a viver uma fase de incertezas e anda suficientemente atarefada a digerir o impacto dos seus mais recentes alargamentos. Mas enquanto o resto do continente (inclusive a Guiné-Bissau) se depara com problemas de declínio político, social e económico aparentemente irreversíveis, a «africanidade» de Cabo Verde permanece tão ou mais discutível agora como em 1975<sup>18</sup>.

Volvidos trinta anos, o relacionamento triangular entre Portugal, a Guiné-Bissau e Cabo Verde persiste arredado de uma definição a longo prazo. O eixo Portugal/Cabo-Verde é o único em relação ao qual existe alguma previsibilidade. A sua solidez repousa nas necessidades específicas de Cabo Verde e da singular capacidade de Portugal em satisfazê-las, ao passo que as dificuldades surgidas aquando da chegada ao poder do MPD, nos anos 90, foram rapidamente superadas. O debate acerca da adesão de Cabo Verde à UE é significativo não tanto, como já sugerimos, por se tratar de um objectivo exequível a curto prazo, mas, sobretudo, por causa do papel que Portugal desempenharia seguramente em quaisquer conversações de adesão a longo prazo. Será provavelmente isso, a par das suas ressonâncias sobre o relacionamento pós-colonial, que explica (a quem está de fora) a atenção desproporcionada que a questão mereceu em Portugal. O ressurgimento de Nino Vieira na sua qualidade de Presidente da Guiné-Bissau alimenta especulações bizarras acerca dos futuros relacionamentos da Guiné com Portugal e Cabo Verde. Resta saber até que ponto Vieira estará ainda ressentido em relação ao papel de Portugal, de que esperava maior apoio em 1998 e 1999, e em que medida isso poderá afectar relações futuras. Todavia, Vieira passou o seu exílio em Portugal e, pelo menos aí, reside a possibilidade de que isso – assim como uma nova consciência da vulnerabilidade da Guiné – possa vir a ter um impacto mais positivo sobre o relacionamento. O relacionamento Guiné-Cabo Verde afigura-se mais problemático; mas se calhar também é o menos significativo dos três. Com Vieira e Pires a ocupar as presidências de cada um dos países, é natural encarar-se um retorno aos tempos difíceis que marcaram o início dos anos 80, quando o «projecto» de unificação caiu por terra. No entanto, a Guiné, Cabo Verde, África e o mundo deram já grandes passos em diferentes direcções desde essa época. O facto de os dois antigos camaradas/inimigos deterem novamente as rédeas nos respectivos países não se reveste de nenhuma importância particular. Este facto assinala, tão bem como qualquer outro, a distância que os dois países percorreram nos últimos trinta anos. *RJ*

TRADUÇÃO: PATRÍCIA ROMAN

## NOTAS

- 1 Programa das Nações Unidas – Índice do Desenvolvimento Humano 2005. Extraído de <http://hdr.undp.org/statistics/data/countries>. As estatísticas aqui apresentadas relativas ao IDH 2005 referem-se às condições registadas em 2003.
- 2 Porventura o revolucionário romântico mais influente no que diz respeito à Guiné, pelo menos no mundo anglófono, foi Basil Davidson que, numa série de artigos e livros, tanto antes como depois da independência, esboçou uma imagem totalmente acrítica do PAIGC e dos seus feitos. O que fica patente em *The Liberation of Guinea: Aspects of an African Revolution*. Londres: Penguin, 1969, e respectiva actualização feita no período pós-colonial: *No Fist is Big Enough to Hide the Sun: the Liberation of Guiné and Cabo Verde*. Londres: Zed, 1981.
- 3 O realismo de Fábão chocava com a relutância de Spínola em aceitar a integralidade da vitória do PAIGC. Para a posição de Spínola consultar: *País sem Rumo: Contributo para a História de uma Revolução*. Lisboa: Scire, 1978, p. 279.
- 4 António de Almeida Santos, *15 Meses no Governo ao Serviço da Descolonização*. Lisboa: Representações Literárias, 1975, p. 397.
- 5 *Africa Contemporary Record, 1976-77*. Londres, 1978, p. B605.
- 6 Colm Foy, *Cape Verde: Politics, Economics and Society*. Londres: Pinter, 1988, p. 180.
- 7 Sendo os rivais mais próximos do PAIGC a Resistência Guiné-Bissau/Movimento Bafatá (RGB/MB) e o Partido para a Renovação Social (PRS), que obtiveram respectivamente 16 e 12 assentos. Na segunda volta das presidenciais, Vieira venceu com 52 por cento dos votos contra Yala, com 48 por cento.
- 8 Monteiro obteve 75 por cento dos votos registados no âmbito do escrutínio presidencial. O MPD tomou conta de 56 dos 79 assentos parlamentares na Assembleia.
- 9 A transição deu-se após três anos de preparativos. O franco CFA (Communauté Financière Africaine), estando indexado ao franco francês.
- 10 O Grupo de Contacto era composto por outros três ministros: Jaime Gama de Portugal, Leonardo Simão de Moçambique e Homero Salvaterra de São Tomé e Príncipe. Angola e o Brasil, menos entusiastas acerca do activismo da CPLP no quadro da crise, foram representados por diplomatas.
- 11 Quanto à resposta portuguesa à crise de 1998-1999, cf. Norrie MacQueen, «A community of illusions? Portugal, the CPLP and peacemaking in Guiné-Bissau, 1998-99». In *International Peacekeeping*, vol. 10 n.º 2, 2003, pp. 1-26.
- 12 «Mediação (im)possível». In *Expresso*, 11 de Julho de 1998, 2.º caderno p. 29.
- 13 A descrição foi extraída de um relatório intitulado: «Yala's untamented end». In *Africa Confidential* (Londres) vol. 44 n.º 19, 26 de Setembro de 2003, p. 8.
- 14 Paradoxalmente, a morte de Seabra resultou da fúria dos soldados por não lhes ter sido pago o contributo que deram para estabilizar outro país caótico da África Ocidental, a Libéria, no âmbito da sua participação na força de manutenção da paz das Nações Unidas.
- 15 O principal rival de Vieira (e vencedor da primeira volta do escrutínio) era Malam Bacai Sanhá que não só era o candidato oficial do PAIGC mas ainda o presidente interino após a expulsão de Vieira em Maio de 1999. Na primeira volta, em Junho de 2005, Bacai Sanhá obteve 34 por cento dos votos contra os 29 por cento de Vieira. Aquando da segunda volta, no mês seguinte, Vieira ganhou com 55 por cento perante os 44 por cento de Bacai Sanhá.
- 16 «A small success». In *Africa Confidential*, vol. 45 n.º 8, 16 de Abril de 2004, p. 8.
- 17 Veja-se, por exemplo, a extensa análise publicada no jornal *A Capital*, de 16 de Março de 2005, «Cabo Verde na União Europeia», pp. 2-6.
- 18 Já quando estava a negociar a sua independência, Mário Soares refere em memórias posteriores, ter-lhe ocorrido se Cabo Verde seria ou não verdadeiramente «africano», e se porventura não teria tido mais possibilidades tornando-se uma região portuguesa (presumivelmente na linha da Madeira ou dos Açores). Veja-se a sua entrevista a Maria João Avelaz, *Do Fundo da Revolução*. Lisboa: Público, 1994, p. 274.